

Leonardo Castro
Marcelo Hugo da Rocha
Renato Borelli

Cronograma

PASSE NA

Estudos
direcionados
para a
aprovação

OAB

INCLUI:

- 3 cronogramas: 30, 60 e 90 dias
- 380 questões da OAB
- Dicas de preparação
- Incidência de súmulas e artigos mais cobrados
- Novo programa “ainda dá tempo” de 10 dias

3^a
EDIÇÃO

EDITORA
RIDEEL
Quem tem Rideel tem mais.



APRESENTAÇÃO

Cronograma é uma palavra com muitos significados. O mais básico, a partir da significação da Wikipedia, é o que diz que cronograma é um instrumento de planejamento em que consta a discriminação de atividades que devem ser executadas durante um período desejado. Na Astronomia, são coordenadas; na Administração, são representações visuais das pretensões de um projeto com destaques necessários para cumpri-lo.

Nosso *cronograma* é tudo isso. Aliás, são três: para 90, 60 e 30 dias de preparação para o Exame de Ordem. Ou seja, num único livro tem-se a opção de escolher qual o projeto seguir diante das próprias possibilidades. As coordenadas estão em todas as opções a partir do nosso *know-how* em preparar para prova da OAB, desde 2005 em sala de aula, publicações, mentoria etc. A soma dos nossos esforços e especialidades tornou este trabalho único.

Milhares de dados foram cruzados e analisados desde os princípios do Exame de Ordem Unificado, que começou a ser aplicado em 2010, e optamos por dar maior relevância às provas cobradas a partir da XX edição. Catalogamos os assuntos diante da sua importância na prova, pois, como se sabe, o Direito é *quase* infinito e o edital não contempla o que será cobrado na 1ª fase. Você também deveria saber que aprovado na OAB não é quem estuda *mais* em quantidade de horas, livros etc., mas quem estuda *certo*. O cronograma foi elaborado com o intuito de se tornar o instrumento de efetividade na preparação para o exame. Para tanto, tivemos ajuda de uma *engenheira*, pois de números entende o profissional dessa área. Obrigado, Keícia Nolasco!

Não é por menos que, em outras palavras, o planejamento é uma das técnicas de estudos com maior utilidade segundo os cientistas. Assim, trazemos o direcionamento necessário para sua aprovação. E tratando de ciência, resolver questões é outra técnica aprovada por ela. Portanto o cronograma terá duas questões escolhidas pelos “nossos algoritmos” para serem resolvidas todos os dias de preparação, mas com a advertência de que só elas não bastam! É preciso estudar muito mais do que isso para alcançar a aprovação.

Como nos baseamos no “grande livro”, literalmente, do Direito, o seu *vade mecum*, os cronogramas estão vinculados à aplicação da lei e das súmulas. Desse modo, como *filosofia do direito* não está na legislação, não foi contemplada nos planos diários. Mas nem por isso deve ser abandonada. Assim, indicamos que faça o acompanhamento da preparação baseado nos autores cobrados nos últimos anos, como Aristóteles, Thomas Hobbes, Jean-Jacques Rousseau, Ronald Dworkin, John Locke, Jeremy Bentham, Herbert Hart, Montesquieu, Rudolf von Ihering, Norberto Bobbio e John Stuart Mill.

Sintetizando, o que será encontrado no cronograma:

- ☑ Cronograma 3x1: 90, 60 e 30 dias numa única obra;
- ☑ Direcionamento de preparação a partir de avaliações estatísticas;
- ☑ 380 Questões da OAB/FGV respondidas;
- ☑ Escalonamento do que é mais e do que é menos importante para estudar;
- ☑ Indicação do conteúdo diário do que é para estudar;
- ☑ Espaços para anotações nos cronogramas;
- ☑ Agenda adaptável para qualquer mês ou ano;
- ☑ Experiência dos autores desde 2005 em preparação para OAB;
- ☑ Ótima diagramação e projeto gráfico para facilitar a consulta.

Por fim, como bônus, um programa para os últimos 10 dias antes da prova, quando parece que nada mais adiantará para aqueles que despertaram tarde para organização dos



3º DIA

<input type="checkbox"/>						
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

CONTEÚDO DO DIA:

DIREITOS HUMANOS					
DEC. Nº 678, DE 6-11-1992	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%;"> PARTE I: Deveres dos Estados e Direitos Protegidos </td> <td style="width: 50%;"> CAPÍTULO I: Enumeração de Deveres CAPÍTULO II: Direitos Cíveis e Políticos CAPÍTULO III: Direitos Econômicos, Sociais e Culturais CAPÍTULO IV: Suspensão de Garantias, Interpretação e Aplicação </td> </tr> <tr> <td> PARTE II: Meios da Proteção </td> <td> CAPÍTULO VII: Comissão Interamericana de Direitos Humanos </td> </tr> </table>	PARTE I: Deveres dos Estados e Direitos Protegidos	CAPÍTULO I: Enumeração de Deveres CAPÍTULO II: Direitos Cíveis e Políticos CAPÍTULO III: Direitos Econômicos, Sociais e Culturais CAPÍTULO IV: Suspensão de Garantias, Interpretação e Aplicação	PARTE II: Meios da Proteção	CAPÍTULO VII: Comissão Interamericana de Direitos Humanos
PARTE I: Deveres dos Estados e Direitos Protegidos	CAPÍTULO I: Enumeração de Deveres CAPÍTULO II: Direitos Cíveis e Políticos CAPÍTULO III: Direitos Econômicos, Sociais e Culturais CAPÍTULO IV: Suspensão de Garantias, Interpretação e Aplicação				
PARTE II: Meios da Proteção	CAPÍTULO VII: Comissão Interamericana de Direitos Humanos				

INCIDÊNCIA DE SÚMULAS E ARTIGOS MAIS COBRADOS:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Art. 1º do Dec. nº 678/1992
<input type="checkbox"/> Art. 2º do Dec. nº 678/1992
<input type="checkbox"/> Art. 4º do Dec. nº 678/1992
<input type="checkbox"/> Art. 5º do Dec. nº 678/1992
<input type="checkbox"/> Art. 6º do Dec. nº 678/1992
<input type="checkbox"/> Art. 8º do Dec. nº 678/1992
<input type="checkbox"/> Art. 10 do Dec. nº 678/1992
<input type="checkbox"/> Art. 12 do Dec. nº 678/1992
<input type="checkbox"/> Art. 13 do Dec. nº 678/1992
<input type="checkbox"/> Art. 14 do Dec. nº 678/1992
<input type="checkbox"/> Art. 15 do Dec. nº 678/1992 | <input type="checkbox"/> Art. 16 do Dec. nº 678/1992
<input type="checkbox"/> Art. 17 do Dec. nº 678/1992
<input type="checkbox"/> Art. 19 do Dec. nº 678/1992
<input type="checkbox"/> Art. 21 do Dec. nº 678/1992
<input type="checkbox"/> Art. 22 do Dec. nº 678/1992
<input type="checkbox"/> Art. 25 do Dec. nº 678/1992
<input type="checkbox"/> Art. 26 do Dec. nº 678/1992
<input type="checkbox"/> Art. 27 do Dec. nº 678/1992
<input type="checkbox"/> Art. 28 do Dec. nº 678/1992
<input type="checkbox"/> Art. 29 do Dec. nº 678/1992
<input type="checkbox"/> Art. 41 do Dec. nº 678/1992 |
|--|--|

Quantas vezes já caiu no EXAME DE ORDEM?

4 X OU MAIS 3 X 2 X 1 X

.....

.....

.....

.....

.....

QUESTÕES PARA RESOLVER:

1ª Questão (X Exame de Ordem)

A Assembleia Constituinte de 1988 reservou texto expresso para elevar os Direitos Humanos ao patamar de princípio fundamental não só no território nacional, como também nas relações internacionais. Além de valorizar a independência do país no cenário internacional, consagrou a proteção dos interesses do ser humano.

Considerando o texto constitucional do Estado-parte e a Convenção Americana de Direitos Humanos, as afirmativas a seguir estão corretas, à exceção de uma. Assinale-a.

- Proibição de propaganda a favor da guerra e repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- Proteção judicial mesmo quando a violação de direitos fundamentais for cometida por pessoa atuando em função oficial.
- Direito de retificação ou de resposta, que eximirão das outras responsabilidades legais.
- Concessão de asilo político em delitos políticos ou comuns, conexos com delitos políticos.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

2ª Questão (XXX Exame de Ordem)

Um rapaz, que era pessoa em situação de rua, acabou de sair da prisão. Ele fora condenado pelo crime de latrocínio e, posteriormente, a defensoria pública ajuizou, a seu favor, uma ação de revisão criminal, na qual ele foi absolvido por ausência de provas, caracterizando, assim, um erro judiciário. Nesse período, ele ficou cinco anos preso. Agora a família indaga se existe um direito de indenização em função de condenação por erro judiciário. Assinale a opção que apresenta a informação que você, na condição de advogado(a) especializado(a) em Direitos Humanos, deve prestar à família, com base na Convenção Americana Sobre Direitos Humanos.

- O direito à indenização está previsto na Convenção Americana Sobre Direitos Humanos de forma geral, mas não há previsão expressa de indenização por erro judiciário; portanto, essa é uma construção argumentativa que deve ser produzida no caso concreto.
- A indenização por erro judiciário não é uma matéria própria do campo dos Direitos Humanos, por isso não existe tal previsão nem na Convenção Americana Sobre Direitos Humanos, nem em nenhum outro tratado de Direitos Humanos de que o Brasil seja signatário.
- A Convenção Americana Sobre Direitos Humanos assegura o direito à indenização por erro judiciário, mas o restringe aos erros que resultam em condenação na esfera civil, excluindo eventuais erros que ocorram na jurisdição penal.
- A Convenção Americana Sobre Direitos Humanos dispõe que toda pessoa tem direito de ser indenizada conforme a lei, no caso de haver sido condenada em sentença transitada em julgado por erro judiciário.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

GABARITO DAS QUESTÕES:

FUNDAMENTAÇÃO
 arts. 13, 14, 22 e 25 do Dec. nº 678/1992
 arts. 10 do Dec. nº 678/1992 e 5º da CF

QUESTÃO 2º 1º
 EXAME X
 ALTERNATIVA d



CONTEÚDO DO DIA:

DIREITO TRIBUTÁRIO			
LIVRO PRIMEIRO: Sistema Tributário Nacional	TÍTULO II: Competência Tributária	CAPÍTULO I: Disposições Gerais CAPÍTULO II: Limitações da Competência Tributária CAPÍTULO II: Impostos sobre o Comércio Exterior	SEÇÃO II: Disposições Especiais SEÇÃO I: Impostos Sobre a Importação SEÇÃO II: Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
	TÍTULO III: Impostos	CAPÍTULO III: Impostos Sobre o Patrimônio e a Renda	SEÇÃO III: Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos
		CAPÍTULO IV: Impostos Sobre a Produção e a Circulação	SEÇÃO IV: Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza
		TÍTULO IV: Taxas	SEÇÃO I: Imposto Sobre Produtos Industrializados
		TÍTULO V: Contribuição de Melhoria	
LIVRO SEGUNDO: Normas Gerais de Direito Tributário	TÍTULO I: Legislação Tributária	CAPÍTULO I: Disposições Gerais CAPÍTULO II: Vigência da Legislação Tributária CAPÍTULO III: Aplicação da Legislação Tributária CAPÍTULO IV: Interpretação e Integração da Legislação Tributária	SEÇÃO II: Leis, Tratados e Convenções Internacionais e Decretos
	TÍTULO II: Obrigação Tributária	CAPÍTULO I: Disposições Gerais CAPÍTULO II: Fato Gerador CAPÍTULO IV: Sujeito Passivo	SEÇÃO I: Disposições Gerais SEÇÃO II: Solidariedade SEÇÃO IV: Domicílio Tributário

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

INCIDÊNCIA DE SÚMULAS E ARTIGOS MAIS COBRADOS:

- Art. 6º do CTN
- Art. 7º do CTN
- Art. 14 do CTN
- Art. 19 do CTN
- Art. 20 do CTN
- Art. 32 do CTN
- Art. 34 do CTN
- Art. 35 do CTN
- Art. 42 do CTN
- Art. 43 do CTN
- Art. 45 do CTN
- Art. 47 do CTN
- Art. 79 do CTN

- Art. 81 do CTN
- Art. 82 do CTN
- Art. 97 do CTN
- Art. 104 do CTN
- Art. 106 do CTN
- Art. 111 do CTN
- Art. 113 do CTN
- Art. 118 do CTN
- Art. 121 do CTN
- Art. 123 do CTN
- Art. 124 do CTN
- Art. 125 do CTN
- Art. 127 do CTN

Quantas vezes já caiu no EXAME DE ORDEM?

4 X OU MAIS 3 X 2 X 1 X

.....

.....

.....

.....

.....

.....

QUESTÕES PARA RESOLVER:

1ª Questão (XXXIII Exame de Ordem)

Um carregamento de computadores foi abandonado no porto pelo importador, que não chegou a realizar o desembaraço aduaneiro dentro do prazo previsto na legislação tributária. Por isso, a autoridade tributária, após o devido processo legal, aplicou a pena de perdimento e realizou leilão para alienação dos computadores. Diante dessa situação, a base de cálculo do imposto sobre a importação incidente na hipótese será o valor

- a) de mercado dos bens.
- b) da arrematação.
- c) arbitrado pela autoridade tributária.
- d) estimado dos bens, deduzindo-se os custos com armazenagem e as comissões do leiloeiro público.

2ª Questão (II Exame de Ordem)

Semprônio dos Santos é proprietário de um sítio de recreio, local destinado ao lazer, na área de expansão urbana, na região serrana de Paraíso do Alto.

A área é dotada de rede de abastecimento de água, rede de iluminação pública e esgotamento mantidas pelo município, embora não existam próximos quer escola, quer hospitais públicos. Neste caso Semprônio deve pagar o seguinte imposto:

- a) o IPTU, por ser área de expansão urbana, dotada de melhoramentos.
- b) o ITR, por ser sítio de recreio, não inserido em área urbana.
- c) o IPTU, por ser sítio, explorado para fins empresariais.
- d) o ITR, por não haver escola ou hospital próximos a menos de 3 km do imóvel.

GABARITO DAS QUESTÕES:

FUNDAMENTAÇÃO arts. 19 e 20 do CTN art. 32 do CTN

ALTERNATIVA b

EXAME XXXIII

QUESTÃO 1ª





CONTEÚDO DO DIA:

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
LEI Nº 8.069, DE 13-7-1990	PARTE GERAL	TÍTULO II: Dos Direitos Fundamentais	CAPÍTULO III: Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária CAPÍTULO IV: Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer CAPÍTULO V: Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho	SEÇÃO III: Da Família Substituta	SUBSEÇÃO IV: Da Adoção
		TÍTULO III: Da Prevenção	CAPÍTULO II: Da Prevenção Especial	SEÇÃO I: Da Informação, Cultura, Lazer, Esportes, Diversões e Espetáculos SEÇÃO II: Dos Produtos e Serviços SEÇÃO III: Da Autorização para Viajar	
	PARTE ESPECIAL	TÍTULO I: Da Política de Atendimento	CAPÍTULO II: Das Entidades de Atendimento	SEÇÃO I: Disposições Gerais	

INCIDÊNCIA DE SÚMULAS E ARTIGOS MAIS COBRADOS:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Art. 39 da Lei nº 8.069/1990 | <input type="checkbox"/> Art. 55 da Lei nº 8.069/1990 |
| <input type="checkbox"/> Art. 42 da Lei nº 8.069/1990 | <input type="checkbox"/> Art. 56 da Lei nº 8.069/1990 |
| <input type="checkbox"/> Art. 45 da Lei nº 8.069/1990 | <input type="checkbox"/> Art. 62 da Lei nº 8.069/1990 |
| <input type="checkbox"/> Art. 46 da Lei nº 8.069/1990 | <input type="checkbox"/> Art. 65 da Lei nº 8.069/1990 |
| <input type="checkbox"/> Art. 47 da Lei nº 8.069/1990 | <input type="checkbox"/> Art. 67 da Lei nº 8.069/1990 |
| <input type="checkbox"/> Art. 48 da Lei nº 8.069/1990 | <input type="checkbox"/> Art. 80 da Lei nº 8.069/1990 |
| <input type="checkbox"/> Art. 49 da Lei nº 8.069/1990 | <input type="checkbox"/> Art. 82 da Lei nº 8.069/1990 |
| <input type="checkbox"/> Art. 51 da Lei nº 8.069/1990 | <input type="checkbox"/> Art. 83 da Lei nº 8.069/1990 |
| <input type="checkbox"/> Art. 52 da Lei nº 8.069/1990 | <input type="checkbox"/> Art. 84 da Lei nº 8.069/1990 |
| <input type="checkbox"/> Art. 53 da Lei nº 8.069/1990 | <input type="checkbox"/> Art. 92 da Lei nº 8.069/1990 |
| <input type="checkbox"/> Art. 54 da Lei nº 8.069/1990 | <input type="checkbox"/> Art. 93 da Lei nº 8.069/1990 |

Quantas vezes já caiu no EXAME DE ORDEM?

4 X OU MAIS 3 X 2 X 1 X

.....

.....

.....

.....

.....

.....

QUESTÕES PARA RESOLVER:

1ª Questão (XXIX Exame de Ordem)

Júlio, após completar 17 anos de idade, deseja, contrariando seus pais adotivos, buscar informações sobre a sua origem biológica junto à Vara da Infância e da Juventude de seu domicílio. Lá chegando, a ele é informado que não poderia ter acesso ao seu processo, pois a adoção é irrevogável. Inconformado, Júlio procura um amigo, advogado, a fim de fazer uma consulta sobre seus direitos. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção que apresenta a orientação jurídica correta para Júlio.

- Ele poderá ter acesso ao processo, desde que receba orientação e assistência jurídica e psicológica.
- Ele não poderá ter acesso ao processo até adquirir a maioridade.
- Ele poderá ter acesso ao processo apenas se assistido por seus pais adotivos.
- Ele não poderá ter acesso ao processo, pois a adoção é irrevogável.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

2ª Questão (XXVIII Exame de Ordem)

Bruno, com quase doze anos de idade, morador de Niterói, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, foi aprovado em um processo de seleção de jogadores de futebol, para a categoria de base de um grande clube, sediado no Rio de Janeiro, capital – cidade contígua à de sua residência. Os treinamentos na nova equipe implicam deslocamento de Niterói ao Rio de Janeiro todos os dias, ida e volta. Ocorre que os pais de Bruno trabalham em horário integral, e não poderão acompanhá-lo. Os pais, buscando orientação, consultam você, como advogado(a), sobre qual seria a solução jurídica para que Bruno frequentasse os treinos, desacompanhado. Assinale a opção que apresenta sua orientação.

- Bruno precisará de um alvará judicial, que pode ter validade de até dois anos, para poder se deslocar sozinho entre as comarcas.
- Bruno pode, simplesmente, ir aos treinos sozinho, não sendo necessária qualquer autorização judicial para tanto.
- Não é possível a frequência aos treinos desacompanhado, pois o adolescente não poderá se deslocar entre comarcas sem a companhia de, ao menos, um dos pais ou do responsável legal.
- Bruno poderá ir aos treinos desacompanhado dos pais, mas será necessário obter autorização judicial ou a designação de um tutor, que poderá ser um representante do clube.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

GABARITO DAS QUESTÕES:	FUNDAMENTAÇÃO	ALTERNATIVA	EXAME	QUESTÃO
	art. 48 do ECA	a	XXIX	1ª
	art. 83 do ECA	b	XXVIII	2ª





CONTEÚDO DO DIA:

DIREITO DO TRABALHO		
CONSTITUIÇÃO FEDERAL	TÍTULO II: Dos Direitos e Garantias Fundamentais	CAPÍTULO II: Dos Direitos Sociais
	TÍTULO III: Da Organização do Estado	CAPÍTULO V: Do Distrito Federal e dos Territórios
	TÍTULO IV: Da Organização dos Poderes	CAPÍTULO VII: Da Administração Pública
		SEÇÃO II: Dos Territórios
		SEÇÃO I: Disposições Gerais
		SEÇÃO V: Do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juizes do Trabalho

SÚMULAS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

INCIDÊNCIA DE SÚMULAS E ARTIGOS MAIS COBRADOS:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Art. 7º da CF | <input type="checkbox"/> Súmula nº 80 do TST |
| <input type="checkbox"/> Art. 8º da CF | <input type="checkbox"/> Súmula nº 85 do TST |
| <input type="checkbox"/> Art. 33 da CF | <input type="checkbox"/> Súmula nº 90 do TST |
| <input type="checkbox"/> Art. 37 da CF | <input type="checkbox"/> Súmula nº 129 do TST |
| <input type="checkbox"/> Art. 114 da CF | <input type="checkbox"/> Súmula nº 139 do TST |
| <input type="checkbox"/> Súmula nº 12 do TST | <input type="checkbox"/> Súmula nº 159 do TST |
| <input type="checkbox"/> Súmula nº 14 do TST | <input type="checkbox"/> Súmula nº 160 do TST |
| <input type="checkbox"/> Súmula nº 29 do TST | <input type="checkbox"/> Súmula nº 163 do TST |
| <input type="checkbox"/> Súmula nº 32 do TST | <input type="checkbox"/> Súmula nº 191 do TST |
| <input type="checkbox"/> Súmula nº 51 do TST | <input type="checkbox"/> Súmula nº 206 do TST |
| <input type="checkbox"/> Súmula nº 60 do TST | <input type="checkbox"/> Súmula nº 244 do TST |

Quantas vezes já caiu no EXAME DE ORDEM?

4 X OU MAIS 3 X 2 X 1 X

.....

.....

.....

.....

.....

QUESTÕES PARA RESOLVER:

1ª Questão (XXXI Exame de Ordem)

Renato é um empregado doméstico que atua como caseiro no sítio de lazer do seu empregador. Contudo, a CTPS de Renato foi assinada como sendo operador de máquinas da empresa de titularidade do seu empregador. Renato tem receio de que, no futuro, não possa comprovar experiência na função de empregado doméstico e, por isso, intenciona ajuizar reclamação trabalhista para regularizar a situação. Considerando a situação narrada e o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

- a) Caso comprove que, de fato, é doméstico, Renato conseguirá a retificação na CTPS, pois as anotações nela lançadas têm presunção relativa.
- b) Somente o salário poderia ser objeto de demanda judicial para se comprovar que o empregado recebia valor superior ao anotado, sendo que a alteração na função não é prevista, e a demanda não terá sucesso.
- c) Caso Renato comprove que é doméstico, o pedido será julgado procedente, mas a alteração será feita com modulação de efeitos, com retificação da data da sentença em diante.
- d) Renato não terá sucesso na sua reclamação trabalhista, porque a anotação feita na carteira profissional tem presunção absoluta.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

2ª Questão (XXX Exame de Ordem)

Vera Lúcia tem 17 anos e foi contratada como atendente em uma loja de conveniência, trabalhando em escala de 12x36 horas, no horário de 19 às 7h, com pausa alimentar de 1 hora. Essa escala é prevista no acordo coletivo assinado pela loja com o sindicato de classe, em vigor. A empregada teve a CTPS assinada e tem, como atribuições, auxiliar os clientes, receber o pagamento das compras e dar o troco quando necessário. Diante do quadro apresentado e das normas legais, assinale a afirmativa correta.

- a) A hipótese trata de trabalho proibido.
- b) O contrato é plenamente válido.
- c) A situação retrata caso de atividade com objeto ilícito.
- d) Por ter 17 anos, Vera Lúcia fica impedida de trabalhar em escala 12x36 horas, devendo ser alterada a jornada.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

QUESTÃO	EXAME	ALTERNATIVA	FUNDAMENTAÇÃO
2º	XXX	a	Súmula nº 12 do TST
1º	XXXI	a	Súmula nº 12 do TST
2º	XXX	a	arts. 7º e 33 da CF

GABARITO DAS QUESTÕES:

PLANNER

60

DIAS



1º DIA

<input type="checkbox"/>						
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

CONTEÚDO DO DIA:

ÉTICA PROFISSIONAL	
<p style="text-align: center;">ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB</p> <p>TÍTULO I: Da Advocacia</p>	<p>CAPÍTULO I: Da Atividade de Advocacia</p> <p>CAPÍTULO II: Dos Direitos do Advogado</p> <p>CAPÍTULO III: Da Inscrição</p> <p>CAPÍTULO IV: Da Sociedade de Advogados</p> <p>CAPÍTULO V: Do Advogado Empregado</p> <p>CAPÍTULO VI: Dos Honorários Advocatícios</p> <p>CAPÍTULO VII: Das Incompatibilidades e Impedimentos</p> <p>CAPÍTULO VIII: Da Ética do Advogado</p> <p>CAPÍTULO IX: Das Infrações e Sanções Disciplinares</p>

INCIDÊNCIA DE SÚMULAS E ARTIGOS MAIS COBRADOS:

Quantas vezes já caiu no EXAME DE ORDEM?

4 X OU MAIS
 3 X
 2 X
 1 X

- Art. 1º do EAOAB
- Art. 2º do EAOAB
- Art. 3º do EAOAB
- Art. 4º do EAOAB
- Art. 5º do EAOAB
- Art. 6º do EAOAB
- Art. 7º do EAOAB
- Art. 7ª-A do EAOAB
- Art. 7ª-B do EAOAB
- Art. 8º do EAOAB
- Art. 9º do EAOAB
- Art. 10 do EAOAB

- Art. 11 do EAOAB
- Art. 12 do EAOAB
- Art. 15 do EAOAB
- Art. 16 do EAOAB
- Art. 17 do EAOAB
- Art. 18 do EAOAB
- Art. 20 do EAOAB
- Art. 21 do EAOAB
- Art. 22 do EAOAB
- Art. 23 do EAOAB
- Art. 24 do EAOAB
- Art. 25 do EAOAB

- Art. 25-A do EAOAB
- Art. 26 do EAOAB
- Art. 28 do EAOAB
- Art. 29 do EAOAB
- Art. 30 do EAOAB
- Art. 31 do EAOAB
- Art. 32 do EAOAB
- Art. 33 do EAOAB
- Art. 34 do EAOAB
- Art. 36 do EAOAB
- Art. 37 do EAOAB
- Art. 38 do EAOAB

QUESTÕES PARA RESOLVER:

1ª Questão (XXXI Exame de Ordem)

Os sócios Antônio, Daniel e Marcos constituíram a sociedade Antônio, Daniel & Marcos Advogados Associados, com sede em São Paulo e filial em Brasília. Após desentendimentos entre eles, Antônio constitui sociedade unipessoal de advocacia, com sede no Rio de Janeiro. Marcos, por sua vez, retira-se da sociedade Antônio, Daniel & Marcos Advogados Associados. Sobre a situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) Daniel não está obrigado a manter inscrição suplementar em Brasília, já que a sociedade Antônio, Daniel & Marcos Advogados Associados tem sede em São Paulo.
- b) Antônio deverá retirar-se da Antônio, Daniel & Marcos Advogados Associados, já que não pode integrar, simultaneamente, uma sociedade de advogados e uma sociedade unipessoal de advocacia.
- c) Mesmo após Marcos se retirar da sociedade Antônio, Daniel & Marcos Advogados Associados permanece o impedimento para que ele e Antônio representem em juízo clientes com interesses opostos.
- d) Caso Antônio também se retire da Antônio, Daniel & Marcos Advogados Associados, a sociedade deverá passar a ser denominada Daniel Sociedade Individual de Advocacia.

2ª Questão (XXXI Exame de Ordem)

O advogado Fernando foi contratado por Flávio para defendê-lo, extrajudicialmente, tendo em vista a pendência de inquérito civil em face do cliente. O contrato celebrado por ambos foi assinado em 10-3-2015, não prevista data de vencimento. Em 10-3-2017, foi concluída a atuação de Fernando, tendo sido homologado o arquivamento do inquérito civil junto ao Conselho Superior do Ministério Público. Em 10-3-2018, Fernando notificou extrajudicialmente Flávio, pois este ainda não havia adimplido os valores relativos aos honorários contratuais acordados. A ação de cobrança de honorários a ser proposta por Fernando prescreve em

- a) três anos, contados de 10-3-2015.
- b) cinco anos, contados de 10-3-2017.
- c) três anos, contados de 10-3-2018.
- d) cinco anos, contados de 10-3-2015

GABARITO DAS QUESTÕES:

QUESTÃO 11
 EXAME XXXI
 ALTERNATIVA d
 FUNDAMENTAÇÃO arts. 15 e 16 do EAOAB
 arts. 25 e 25-A do EAOAB

34º DIA



CONTEÚDO DO DIA:

DIREITO ADMINISTRATIVO

LEI Nº 8.745, DE 9-12-1993

- CAPÍTULO I: Das Disposições Preliminares
- CAPÍTULO II: Do Serviço Adequado
- CAPÍTULO IV: Da Política Tarifária
- CAPÍTULO V: Da Licitação
- CAPÍTULO VI: Do Contrato de Concessão
- CAPÍTULO VII: Dos Encargos do Poder Concedente
- CAPÍTULO VIII: Dos Encargos da Concessionária
- CAPÍTULO IX: Da Intervenção
- CAPÍTULO X: Da Extinção da Concessão

LEI Nº 8.987, DE 13-2-1995

SÚMULAS VINCULANTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

LEI Nº 10.520, DE 17-7-2002

- CAPÍTULO I: Da Qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
- CAPÍTULO II: Do Termo de Parceria

LEI Nº 9.790, DE 23-3-1999

- CAPÍTULO V: Das Sanções de Natureza Civil e Administrativa

LEI Nº 13.869, DE 5-9-2019

- CAPÍTULO I: Disposições Gerais

LEI Nº 12.846, DE 1º-8-2013

INCIDÊNCIA DE SÚMULAS E ARTIGOS MAIS COBRADOS:

Quantas vezes já caiu no EXAME DE ORDEM?

4 X OU MAIS 3 X 2 X 1 X

- Art. 1º da Lei nº 8.745/1993
- Art. 2º da Lei nº 8.745/1993
- Art. 3º da Lei nº 8.745/1993
- Art. 4º da Lei nº 8.745/1993
- Art. 2º da Lei nº 8.987/1995
- Art. 4º da Lei nº 8.987/1995
- Art. 6º da Lei nº 8.987/1995
- Art. 11 da Lei nº 8.987/1995
- Art. 16 da Lei nº 8.987/1995
- Art. 18 da Lei nº 8.987/1995
- Art. 18-A da Lei nº 8.987/1995
- Art. 23 da Lei nº 8.987/1995
- Art. 23-A da Lei nº 8.987/1995

- Art. 25 da Lei nº 8.987/1995
- Art. 27 da Lei nº 8.987/1995
- Art. 29 da Lei nº 8.987/1995
- Art. 31 da Lei nº 8.987/1995
- Art. 32 da Lei nº 8.987/1995
- Art. 33 da Lei nº 8.987/1995
- Art. 34 da Lei nº 8.987/1995
- Art. 35 da Lei nº 8.987/1995
- Art. 37 da Lei nº 8.987/1995
- Art. 38 da Lei nº 8.987/1995
- Art. 39 da Lei nº 8.987/1995
- Súmula Vinculante nº 5 do STF
- Súmula Vinculante nº 16 do STF

- Súmula Vinculante nº 21 do STF
- Súmula Vinculante nº 41 do STF
- Súmula Vinculante nº 43 do STF
- Art. 4º da Lei nº 10.520/2002
- Art. 1º da Lei nº 9.790/1999
- Art. 2º da Lei nº 9.790/1999
- Art. 3º da Lei nº 9.790/1999
- Art. 4º da Lei nº 9.790/1999
- Art. 5º da Lei nº 9.790/1999
- Art. 9º da Lei nº 9.790/1999
- Art. 8º da Lei nº 13.869/2019
- Art. 1º da Lei nº 12.846/2013
- Art. 2º da Lei nº 12.846/2013

QUESTÕES PARA RESOLVER:

1ª Questão (XXXI Exame de Ordem)

Maria foi contratada, temporariamente, sem a realização de concurso público, para exercer o cargo de professora substituta em entidade autárquica federal, em decorrência do grande número de professores do quadro permanente em gozo de licença. A contratação foi objeto de prorrogação, de modo que Maria permaneceu em exercício por mais três anos, período durante o qual recebeu muitos elogios. Em razão disso, alunos, pais e colegas de trabalho levaram à direção da autarquia o pedido de criação de um cargo em comissão de professora, para que Maria fosse nomeada para ocupá-lo e continuasse a ali lecionar. Avalie a situação hipotética apresentada e, na qualidade de advogado(a), assinale a afirmativa correta.

- a) Não é possível a criação de um cargo em comissão de professora, visto que tais cargos destinam-se apenas às funções de direção, chefia e assessoramento.
- b) É adequada a criação de um cargo em comissão para que Maria prolongue suas atividades como professora na entidade administrativa, diante do justificado interesse público.
- c) Maria tem estabilidade porque exerceu a função de professora por mais de três anos consecutivos, tornando desnecessária a criação de um cargo em comissão para que ela continue como professora na entidade autárquica.
- d) Não é necessária a criação de um cargo em comissão para que Maria permaneça exercendo a função de professora, porque a contratação temporária pode ser prorrogada por tempo indeterminado.

2ª Questão (XXVIII Exame de Ordem)

O Governo do Estado Alfa, para impulsionar o potencial turístico de uma região cercada de belíssimas cachoeiras, pretende asfaltar uma pequena estrada que liga a cidade mais próxima ao local turístico. Com vistas à melhoria do serviço público e sem dinheiro em caixa para arcar com as despesas, o Estado decide publicar edital para a concessão da estrada, com fundamento na Lei nº 8.987/1995, cabendo ao futuro concessionário a execução das obras. Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) O edital poderá prever, em favor da concessionária, outras fontes de receita além daquela oriunda do pedágio; a renda adicional deve favorecer a modicidade tarifária, reduzindo a tarifa paga pelos usuários.
- b) Um grande investidor (pessoa física) pode ser contratado pelo poder concedente, caso demonstre capacidade de realização das obras.
- c) A concessão pode ser feita mediante licitação na modalidade tomada de preços, caso as obras necessárias estejam orçadas em até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).
- d) O poder concedente não poderá exigir no edital garantias do concessionário de que realizará as obras a contento, dado que a essência do contrato de concessão é a delegação de serviço público.

GABARITO DAS QUESTÕES:

QUESTÃO	EXAME	ALTERNATIVA	FUNDAMENTAÇÃO
1ª	XXXI	a	arts. 1º a 4º da Lei nº 8.745/1993 e 3º da CF
2ª	XXVIII	a	arts. 2º, 11 e 23 da Lei nº 8.987/1995

PLANNER

30

DIAS





CONTEÚDO DO DIA:

ÉTICA PROFISSIONAL

ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB	TÍTULO I: Da Advocacia	CAPÍTULO I: Da Atividade de Advocacia CAPÍTULO II: Dos Direitos do Advogado CAPÍTULO III: Da Inscrição CAPÍTULO IV: Da Sociedade de Advogados CAPÍTULO V: Do Advogado Empregado CAPÍTULO VI: Dos Honorários Advocatícios
---------------------------------------	------------------------	---

DIREITO CONSTITUCIONAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL	TÍTULO I: Dos Princípios Fundamentais	CAPÍTULO I: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos
	TÍTULO II: Dos Direitos e Garantias Fundamentais	CAPÍTULO II: Dos Direitos Sociais CAPÍTULO III: Da Nacionalidade CAPÍTULO IV: Dos Direitos Políticos CAPÍTULO V: Dos Partidos Políticos
	TÍTULO III: Da Organização do Estado	CAPÍTULO I: Da Organização Político-Administrativa CAPÍTULO II: Da União CAPÍTULO III: Dos Estados Federados CAPÍTULO IV: Dos Municípios CAPÍTULO V: Do Distrito Federal e dos Territórios SEÇÃO I: Do Distrito Federal

DIREITOS HUMANOS

DEC. Nº 678, DE 6-11-1992	PARTE I: Deveres dos Estados e Direitos Protegidos	CAPÍTULO I: Enumeração de Deveres CAPÍTULO II: Direitos Cívicos e Políticos CAPÍTULO III: Direitos Econômicos, Sociais e Culturais CAPÍTULO IV: Suspensão de Garantias, Interpretação e Aplicação
	PARTE II: Meios de Proteção	CAPÍTULO VII: Comissão Interamericana de Direitos Humanos SEÇÃO II: Funções



INCIDÊNCIA DE SÚMULAS E ARTIGOS MAIS COBRADOS:

Quantas vezes já caiu no EXAME DE ORDEM?

4 X OU MAIS | 3 X | 2 X | 1 X

- Art. 6º do CTN
- Art. 7º do CTN
- Art. 14 do CTN
- Art. 19 do CTN
- Art. 20 do CTN
- Art. 32 do CTN
- Art. 34 do CTN
- Art. 35 do CTN
- Art. 42 do CTN
- Art. 43 do CTN
- Art. 45 do CTN
- Art. 47 do CTN
- Art. 79 do CTN
- Art. 81 do CTN
- Art. 82 do CTN
- Art. 97 do CTN
- Art. 104 do CTN
- Art. 106 do CTN
- Art. 111 do CTN
- Art. 113 do CTN
- Art. 118 do CTN
- Art. 121 do CTN
- Art. 123 do CTN
- Art. 124 do CTN
- Art. 125 do CTN

- Art. 127 do CTN
- Art. 2º da Lei nº 11.079/2004
- Art. 3º do Dec.-lei nº 3.365/1941
- Art. 4º da Lei nº 11.079/2004
- Art. 5º da Lei nº 11.079/2004
- Art. 6º da Lei nº 11.079/2004
- Art. 7º da Lei nº 11.079/2004
- Art. 9º da Lei nº 11.079/2004
- Art. 10 da Lei nº 11.079/2004
- Art. 2º do Dec.-lei nº 3.365/1941
- Art. 3º do Dec.-lei nº 3.365/1941
- Art. 4º do Dec.-lei nº 3.365/1941
- Art. 6º do Dec.-lei nº 3.365/1941
- Art. 7º do Dec.-lei nº 3.365/1941
- Art. 8º do Dec.-lei nº 3.365/1941
- Art. 10 do Dec.-lei nº 3.365/1941
- Art. 15 do Dec.-lei nº 3.365/1941
- Art. 15-A do Dec.-lei nº 3.365/1941
- Art. 20 do Dec.-lei nº 3.365/1941
- Art. 26 do Dec.-lei nº 3.365/1941
- Art. 35 do Dec.-lei nº 3.365/1941
- Art. 36 do Dec.-lei nº 3.365/1941
- Art. 40 do Dec.-lei nº 3.365/1941
- Art. 8º da Lei nº 9.986/2000
- Art. 9º da Lei nº 9.986/2000

- Art. 32 da Lei nº 9.986/2000
- Art. 2º da Lei nº 12.651/2012
- Art. 3º da Lei nº 12.651/2012
- Art. 4º da Lei nº 12.651/2012
- Art. 6º da Lei nº 12.651/2012
- Art. 7º da Lei nº 12.651/2012
- Art. 8º da Lei nº 12.651/2012
- Art. 10 da Lei nº 12.651/2012
- Art. 12 da Lei nº 12.651/2012
- Art. 13 da Lei nº 12.651/2012
- Art. 15 da Lei nº 12.651/2012
- Art. 17 da Lei nº 12.651/2012
- Art. 22 da Lei nº 12.651/2012
- Art. 29 da Lei nº 12.651/2012
- Art. 38 da Lei nº 12.651/2012
- Art. 41 da Lei nº 12.651/2012
- Art. 44 da Lei nº 12.651/2012
- Art. 56 da Lei nº 12.651/2012
- Art. 66 da Lei nº 12.651/2012
- Art. 67 da Lei nº 12.651/2012
- Art. 78 da Lei nº 12.651/2012
- Art. 79 da Lei nº 12.651/2012

QUESTÕES PARA RESOLVER:

1ª Questão (XII Exame de Ordem)

Em procedimento de fiscalização, a Secretaria da Receita Federal do Brasil identificou lucro não declarado por três sociedades empresárias, que o obtiveram em conluio, fruto do tráfico de entorpecentes. Sobre a hipótese sugerida, assinale a afirmativa correta.

- a) O imposto sobre a renda é devido em face do princípio da interpretação objetiva do fato gerador, também conhecido como o princípio da *pecunia non olet*.
- b) Não caberá tributação e, sim, confisco da respectiva renda.
- c) Não caberá tributo, uma vez que tributo não é sanção de ato ilícito.
- d) Caberá aplicação de multa fiscal pela não declaração de lucro, ficando afastada a incidência do tributo, sem prejuízo da punição na esfera penal.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

2ª Questão (V Exame de Ordem)

A obrigação tributária principal tem por objeto

- a) a escrituração de livros contábeis.
- b) o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
- c) a prestação de informações tributárias perante a autoridade fiscal competente.
- d) a inscrição da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

GABARITO DAS QUESTÕES:

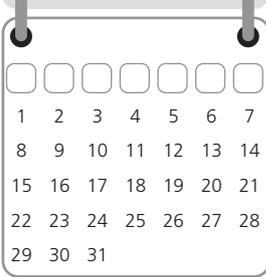
FUNDAMENTAÇÃO
art. 118 do CTN
art. 113 do CTN

ALTERNATIVA
a
b

EXAME
XII
V

QUESTÃO
1ª
2ª

23º DIA



CONTEÚDO DO DIA:

DIREITO PENAL

CÓDIGO PENAL	PARTE ESPECIAL	TÍTULO X: Dos Crimes Contra a Fé Pública TÍTULO XI: Dos Crimes Contra a Administração Pública	CAPÍTULO IV: De Outras Falsidades CAPÍTULO I: Dos Crimes Praticados por Funcionário Público Contra a Administração em Geral CAPÍTULO II: Dos Crimes Praticados por Particular Contra a Administração Em Geral CAPÍTULO III: Dos Crimes Contra a Administração da Justiça
	CONSTITUIÇÃO FEDERAL	TÍTULO II: Dos Direitos e Garantias Fundamentais	CAPÍTULO I: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos
TÍTULO III: Da Organização do Estado		CAPÍTULO II: Da União	
TÍTULO IV: Da Organização dos Poderes		CAPÍTULO I: Do Poder Legislativo SEÇÃO II: Das Atribuições do Congresso Nacional CAPÍTULO II: Do Poder Executivo SEÇÃO II: Das Atribuições do Presidente da República	

DIREITO PROCESSUAL PENAL

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	LIVRO I: Do Processo em Geral	TÍTULO XII: Da Sentença	CAPÍTULO I: Da Instrução Criminal SEÇÃO I: Da Acusação e da Instrução Preliminar
	LIVRO II: Dos Processos em Espécie	TÍTULO I: Do Processo Comum	CAPÍTULO II: Do Procedimento Relativo aos Processos da Competência do Tribunal do Júri SEÇÃO II: Da Pronúncia, da Impronúncia e da Absolvição Sumária SEÇÃO V: Do Desaforamento SEÇÃO VIII: Da Função do Jurado SEÇÃO X: Da Reunião e das Sessões do Tribunal do Júri

DIREITO DO TRABALHO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL	TÍTULO II: Dos Direitos e Garantias Fundamentais	CAPÍTULO II: Dos Direitos Sociais
	TÍTULO III: Da Organização do Estado	CAPÍTULO V: Do Distrito Federal e dos Territórios SEÇÃO II: Dos Territórios CAPÍTULO VII: Da Administração Pública SEÇÃO I: Disposições Gerais
	TÍTULO IV: Da Organização dos Poderes	CAPÍTULO III: Do Poder Judiciário SEÇÃO V: Do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juizes do Trabalho

SÚMULAS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO



INCIDÊNCIA DE SÚMULAS E ARTIGOS MAIS COBRADOS:

Quantas vezes já caiu no EXAME DE ORDEM?

4 X OU MAIS 3 X 2 X 1 X

- Art. 307 do CP
- Art. 312 do CP
- Art. 314 do CP
- Art. 316 do CP
- Art. 317 do CP
- Art. 319 do CP
- Art. 320 do CP
- Art. 321 do CP
- Art. 325 do CP
- Art. 326 do CP
- Art. 327 do CP
- Art. 329 do CP
- Art. 330 do CP
- Art. 331 do CP
- Art. 333 do CP
- Art. 339 do CP
- Art. 340 do CP
- Art. 342 do CP
- Art. 349 do CP
- Art. 5ª da CF
- Art. 21 da CF
- Art. 48 da CF
- Art. 84 da CF

- Art. 383 do CPP
- Art. 384 do CPP
- Art. 387 do CPP
- Art. 392 do CPP
- Art. 394 do CPP
- Art. 395 do CPP
- Art. 396 do CPP
- Art. 397 do CPP
- Art. 401 do CPP
- Art. 402 do CPP
- Art. 403 do CPP
- Art. 404 do CPP
- Art. 406 do CPP
- Art. 413 do CPP
- Art. 414 do CPP
- Art. 416 do CPP
- Art. 419 do CPP
- Art. 421 do CPP
- Art. 427 do CPP
- Art. 438 do CPP
- Art. 457 do CPP
- Art. 468 do CPP
- Art. 7ª da CF

- Art. 8ª da CF
- Art. 33 da CF
- Art. 37 da CF
- Art. 114 da CF
- Súmula nº 12 do TST
- Súmula nº 14 do TST
- Súmula nº 29 do TST
- Súmula nº 32 do TST
- Súmula nº 51 do TST
- Súmula nº 60 do TST
- Súmula nº 80 do TST
- Súmula nº 85 do TST
- Súmula nº 90 do TST
- Súmula nº 129 do TST
- Súmula nº 139 do TST
- Súmula nº 159 do TST
- Súmula nº 160 do TST
- Súmula nº 163 do TST
- Súmula nº 191 do TST
- Súmula nº 206 do TST
- Súmula nº 244 do TST

QUESTÕES PARA RESOLVER:

1ª Questão (IV Exame de Ordem)

João da Silva ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa Alfa Empreendimentos Ltda., alegando ter sido dispensado sem justa causa. Postulou a condenação da reclamada no pagamento de aviso-prévio, décimo terceiro salário, férias proporcionais acrescidas do terço constitucional e indenização compensatória de 40% (quarenta por cento) sobre os depósitos do FGTS, bem como na obrigação de fornecimento das guias para levantamento dos depósitos do FGTS e obtenção do benefício do seguro-desemprego. Na peça de defesa, a empresa afirma que o reclamante foi dispensado motivadamente, por desídia no desempenho de suas funções (artigo 482, alínea e, da CLT), e que, por essa razão, não efetuou o pagamento das verbas postuladas e não forneceu as guias para a movimentação dos depósitos do FGTS e percepção do seguro-desemprego. Considerando que, após a instrução processual, o juiz se convenceu da configuração de culpa recíproca, assinale a alternativa correta.

- a) A culpa recíproca é modalidade de rescisão unilateral do contrato de trabalho.
- b) O reclamante tem direito a 50% do valor do aviso-prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.
- c) O reclamante não poderá movimentar a conta vinculada do FGTS.
- d) O reclamante não tem direito ao pagamento de indenização compensatória sobre os depósitos do FGTS.

2ª Questão (X Exame de Ordem)

Em determinada reclamação trabalhista o juiz, à luz das provas produzidas, considera que a natureza jurídica da extinção contratual foi culpa recíproca (de ambas as partes). Para a hipótese, as alternativas a seguir apresentam direitos deferidos ao trabalhador, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Metade do aviso-prévio.
- b) Metade do 13º salário proporcional.
- c) Seguro-desemprego.
- d) Indenização de 20% sobre o FGTS.

GABARITO DAS QUESTÕES:

FUNDAMENTAÇÃO
Súmula nº 14 do TST e art. 483 da CLT
Súmula nº 14 do TST e art. 484 da CLT

QUESTÃO 1ª IV X ALTERNATIVA b

PLANNER

10

DIAS

**AINDA DÁ
TEMPO**





CONTEÚDO DO DIA:

ÉTICA PROFISSIONAL

INCIDÊNCIA DE SÚMULAS E ARTIGOS MAIS COBRADOS:

Quantas vezes já caiu no EXAME DE ORDEM?

4 X OU MAIS 3 X 2 X 1 X

- | | | |
|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Art. 1º do EAOAB | <input type="checkbox"/> Art. 7º do EAOAB | <input type="checkbox"/> Art. 9º do EAOAB |
| <input type="checkbox"/> Art. 3º do EAOAB | <input type="checkbox"/> Art. 7º-A do EAOAB | <input type="checkbox"/> Art. 10 do EAOAB |
| <input type="checkbox"/> Art. 5º do EAOAB | <input type="checkbox"/> Art. 8º do EAOAB | <input type="checkbox"/> Art. 11 do EAOAB |

DIREITO CONSTITUCIONAL

INCIDÊNCIA DE SÚMULAS E ARTIGOS MAIS COBRADOS:

Quantas vezes já caiu no EXAME DE ORDEM?

4 X OU MAIS 3 X 2 X 1 X

- | | | |
|--|--|---|
| <input type="checkbox"/> Art. 5ª da CF | <input type="checkbox"/> Art. 21 da CF | <input type="checkbox"/> Art. 30 da CF |
| <input type="checkbox"/> Art. 12 da CF | <input type="checkbox"/> Art. 22 da CF | <input type="checkbox"/> - Art. 31 da CF (cor roxa) |
| <input type="checkbox"/> Art. 14 da CF | <input type="checkbox"/> Art. 24 da CF | |
| <input type="checkbox"/> Art. 18 da CF | <input type="checkbox"/> Art. 29 da CF | |

DIREITOS HUMANOS

INCIDÊNCIA DE SÚMULAS E ARTIGOS MAIS COBRADOS:

Quantas vezes já caiu no EXAME DE ORDEM?

4 X OU MAIS 3 X 2 X 1 X

- | | | |
|--|--|--|
| <input type="checkbox"/> Art. 13 do Dec. nº 678/1992 | <input type="checkbox"/> Art. 46 do Dec. nº 678/1992 | <input type="checkbox"/> Art. 68 do Dec. nº 678/1992 |
| <input type="checkbox"/> Art. 22 do Dec. nº 678/1992 | <input type="checkbox"/> Art. 65 do Dec. nº 678/1992 | <input type="checkbox"/> Art. 5ª da CF |
| <input type="checkbox"/> Art. 41 do Dec. nº 678/1992 | <input type="checkbox"/> Art. 67 do Dec. nº 678/1992 | <input type="checkbox"/> Art. 109 da CF |

DIREITO TRIBUTÁRIO

INCIDÊNCIA DE SÚMULAS E ARTIGOS MAIS COBRADOS:

Quantas vezes já caiu no EXAME DE ORDEM?

4 X OU MAIS 3 X 2 X 1 X

- | | | |
|--|--|--|
| <input type="checkbox"/> Art. 106 do CTN | <input type="checkbox"/> Art. 133 do CTN | <input type="checkbox"/> Art. 152 do CTN |
| <input type="checkbox"/> Art. 121 do CTN | <input type="checkbox"/> Art. 135 do CTN | <input type="checkbox"/> Art. 155 do CTN |
| <input type="checkbox"/> Art. 124 do CTN | <input type="checkbox"/> Art. 150 do CTN | |
| <input type="checkbox"/> Art. 132 do CTN | <input type="checkbox"/> Art. 151 do CTN | |

QUESTÕES PARA RESOLVER:

1ª Questão (II Exame de Ordem)

Renato, advogado em início de carreira, é contactado para defender os interesses de Rodrigo que está detido em cadeia pública. Dirige-se ao local onde seu cliente está retido e busca informações sobre sua situação, recebendo como resposta do servidor público que estava de plantão que os autos do inquérito estariam conclusos com a autoridade policial e, por isso, indisponíveis para consulta e que deveria o advogado retornar quando a autoridade tivesse liberado os autos para realização de diligências. À luz das normas aplicáveis,

- o advogado, diante do seu dever de urbanidade, deve aguardar os atos cabíveis da autoridade policial.
- o acesso aos autos, no caso, depende de procuração e de prévia autorização da autoridade policial.
- no caso de réu preso, somente com autorização do juiz pode o advogado acessar os autos do inquérito policial.
- o acesso aos autos de inquérito policial é direito do advogado, mesmo sem procuração ou conclusos à autoridade policial.

2ª Questão (XII Exame de Ordem)

A Constituição declara que todos podem reunir-se em local aberto ao público. Algumas condições para que as reuniões se realizem são apresentadas nas alternativas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- Os participantes não portem armas.
- A reunião seja autorizada pela autoridade competente.
- A reunião não frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- Os participantes reúnam-se pacificamente.

GABARITO DAS QUESTÕES:

FUNDAMENTAÇÃO
art. 7º do EAOAB
art. 5º da CF

ALTERNATIVA
d

EXAME
II

QUESTÃO
1ª



CONTEÚDO DO DIA:

DIREITO ADMINISTRATIVO

INCIDÊNCIA DE SÚMULAS E ARTIGOS MAIS COBRADOS:

Quantas vezes já caiu no EXAME DE ORDEM?

4 X OU MAIS 3 X 2 X 1 X

- Art. 2º da Lei nº 11.079/2004
- Art. 6º da Lei nº 11.079/2004
- Art. 2º do Dec.-lei nº 3.365/1941
- Art. 6º do Dec.-lei nº 3.365/1941
- Art. 10 do Dec.-lei nº 3.365/1941

- Art. 15 do Dec.-lei nº 3.365/1941
- Art. 35 do Dec.-lei nº 3.365/1941
- Art. 5º da CF
- Art. 37 da CF

DIREITO AMBIENTAL

INCIDÊNCIA DE SÚMULAS E ARTIGOS MAIS COBRADOS:

Quantas vezes já caiu no EXAME DE ORDEM?

4 X OU MAIS 3 X 2 X 1 X

- Art. 2º da Lei nº 12.651/2012
- Art. 3º da Lei nº 12.651/2012
- Art. 7º da Lei nº 12.651/2012
- Art. 9º da Lei nº 9.985/2000
- Art. 11 da Lei nº 9.985/2000
- Art. 14 da Lei nº 9.985/2000
- Art. 22 da Lei nº 9.985/2000
- Art. 2º da LC nº 140/2011
- Art. 7º da LC nº 140/2011

DIREITO CIVIL

INCIDÊNCIA DE SÚMULAS E ARTIGOS MAIS COBRADOS:

Quantas vezes já caiu no EXAME DE ORDEM?

4 X OU MAIS 3 X 2 X 1 X

- Art. 418 do CC

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

INCIDÊNCIA DE SÚMULAS E ARTIGOS MAIS COBRADOS:

Quantas vezes já caiu no EXAME DE ORDEM?

4 X OU MAIS 3 X 2 X 1 X

- Art. 130 do CPC
- Art. 311 do CPC
- Art. 343 do CPC
- Art. 357 do CPC
- Art. 523 do CPC
- Art. 1.012 do CPC
- Art. 5º da Lei nº 7.347/1985

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

INCIDÊNCIA DE SÚMULAS E ARTIGOS MAIS COBRADOS:

Quantas vezes já caiu no EXAME DE ORDEM?

4 X OU MAIS 3 X 2 X 1 X

- Art. 18-B da Lei nº 8.069/1990
- Art. 19 da Lei nº 8.069/1990
- Art. 28 da Lei nº 8.069/1990
- Art. 33 da Lei nº 8.069/1990
- Art. 36 da Lei nº 8.069/1990
- Art. 39 da Lei nº 8.069/1990
- Art. 42 da Lei nº 8.069/1990
- Art. 45 da Lei nº 8.069/1990
- Art. 51 da Lei nº 8.069/1990
- Art. 92 da Lei nº 8.069/1990
- Art. 101 da Lei nº 8.069/1990
- Art. 112 da Lei nº 8.069/1990
- Art. 122 da Lei nº 8.069/1990
- Art. 141 da Lei nº 8.069/1990
- Art. 166 da Lei nº 8.069/1990

QUESTÕES PARA RESOLVER:

1ª Questão (VIII Exame de Ordem)

Quanto às pessoas jurídicas que compõem a Administração Indireta, assinale a afirmativa correta.

- a) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei.
- b) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, autorizadas por lei.
- c) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei.
- d) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, criadas para o exercício de atividades típicas do Estado.

2ª Questão (XXIII Exame de Ordem)

Os irmãos Fábio (11 anos) e João (9 anos) foram submetidos à medida protetiva de acolhimento institucional pelo Juízo da Infância e da Juventude, pois residiam com os pais em área de risco, que se recusavam a deixar o local, mesmo com a interdição do imóvel pela Defesa Civil. Passados uma semana do acolhimento institucional, os pais de Fábio e João vão até a instituição para visitá-los, sendo impedidos de ter contato com os filhos pela diretora da entidade de acolhimento institucional, ao argumento de que precisariam de autorização judicial para visitar as crianças. Os pais dos irmãos decidem então procurar orientação jurídica de um advogado. Considerando os ditames do Estatuto da Criança e do Adolescente, a direção da entidade de acolhimento institucional agiu corretamente?

- a) Sim, pois o diretor da entidade de acolhimento institucional é equiparado ao guardião, podendo proibir a visitação dos pais.
- b) Não, porque os pais não precisam de uma autorização judicial, mas apenas de um ofício do Conselho Tutelar autorizando a visitação.
- c) Sim, pois a medida protetiva de acolhimento institucional foi aplicada pelo Juiz da Infância, assim somente ele poderá autorizar a visita dos pais.
- d) Não, diante da ausência de vedação expressa da autoridade judiciária para a visitação, ou decisão que os suspenda ou os destitua do exercício do poder familiar.

GABARITO DAS QUESTÕES:

FUNDAMENTAÇÃO
art. 37 da CF
art. 92 da Lei nº 8.069/1990

ALTERNATIVA
a

EXAME
VIII

QUESTÃO
11
27

